



## INTRODUÇÃO

Lucas Tavares Honorato\*

Universidade Salgado de Oliveira (UNIVERSO)

DOI: 10.29327/256659.16.1-19

Na língua dos colonizadores, os “povos bantu” dizem respeito, de maneira geral, às populações de um mesmo tronco etnolinguístico, oriundas de um amplo conjunto de regiões que conformam parte expressiva da África Ocidental. Ao longo dos séculos, como fruto dessa perspectiva generalista, a diversidade cultural e cosmológica dos povos e etnias desses territórios tendeu a axiomas reducionistas, frequentemente limitados a interpretações superficiais e universalistas sobre seus conceitos, filosofias e práticas.

O artigo "Der Gottesname Nyambi" (O Nome Divino Nyambi), de Paul Schebesta, publicado na revista *Anthropos* em 1964, é uma contribuição breve, mas significativa, para o debate antropológico e etno-histórico sobre a origem e o significado do nome divino Nyambi (e suas variações como Yambe, Ndyambi, Nzambi, Zambi, Zam) em culturas da África Ocidental. O texto de Schebesta atua como uma crítica direta às conclusões de Walter Hirschberg, que, em um trabalho anterior, tendo como *locus* o Reino do Congo, sugeriu que o conceito de Nyambi como uma divindade suprema e criadora, e seu nome, teriam surgido apenas com a colonização europeia, sob a influência do Cristianismo.

Reconhecida internacionalmente como um espaço privilegiado para esses debates, *Anthropos* trata-se de uma revista internacional de antropologia e linguística de grande pres-

---

\* Professor, educador e geógrafo colaborador do Programa de Pós-graduação em História da Universidade Salgado de Oliveira (UNIVERSO). Doutor e Mestre em Geografia pelo Programa de Pós-graduação em Geografia da Universidade Federal Fluminense (UFF). E-mail: [lucasthonorato@gmail.com](mailto:lucasthonorato@gmail.com).

tígio, fundada em 1906 por Wilhelm Schmidt. Em 1931, é fundado o Anthropos Institute – sendo Schebesta um de seus fundadores –, que assume a publicação do periódico, que já registrava um longo histórico de contribuições para os campos da etnologia, antropologia cultural e linguística, com estudos de povos e culturas ao redor do mundo, tendo como foco abordagens frequentemente comparativas e históricas.

É relevante destacar que o texto aqui em pauta compôs a seção “*Analecta et Additamenta*” (“*Analecta*”, do grego, “coisas recolhidas”; e “*Additamenta*”, do latim, “adições”), um espaço específico para publicação de notas curtas, comentários, correções ou discussões sobre trabalhos previamente publicados. Em vez de um artigo de pesquisa extenso com metodologia e resultados detalhados, os textos nesta seção são geralmente mais concisos, focados em pontos específicos, e muitas vezes servem como réplicas, esclarecimentos ou pequenas contribuições que complementam ou criticam o conhecimento previamente existente. A opção do autor por esse espaço denota uma tática de incidência no discurso acadêmico da época, uma vez que posiciona o debate de forma eficiente e incisiva em diálogo direto com a obra de Hirschberg, sem a necessidade de um formato de artigo completo – o que poderia atrasar a resposta a uma questão que ele mesmo considera urgente para a compreensão da religiosidade africana.

Paul Schebesta (1887-1967) foi uma personalidade proeminente na antropologia do século XX, conhecido por seu trabalho como missionário católico, etnógrafo, linguista e antropólogo. Membro da Sociedade do Verbo Divino (“*Societas Verbi Divini*”), dedicou grande parte de sua vida ao estudo dos povos pigmeus na África e na Ásia, realizando extensas pesquisas de campo e publicando obras de referência sobre suas culturas, línguas e religiões.

Embora a perspectiva de Schebesta fosse frequentemente influenciada por sua formação religiosa e seu papel como missionário, ele também era um rigoroso pesquisador acadêmico, o que o levava a explorar com profundidade temas como a religião e a espiritualidade dos povos que estudava. Dessa forma, o artigo que se segue reflete seu interesse em demonstrar a complexidade e a profundidade das tradições religiosas não-ocidentais, muitas vezes subestimadas ou mal interpretadas por pesquisadores da época.

## O NOME DO DEUS *NYAMBI*

*Paul Schebesta*

*Etnógrafo, linguista e antropólogo*

As observações de Walter Hirschberg sobre o nome de Deus *Nyambi* (*Yambe, Ndyambi, Nzambi, Zambi, Zam, etc.*)<sup>1</sup> apontam para a questão de saber se este nome de Deus já era usado em tempos pré-europeus para uma divindade pessoal que habita o céu, ou se este conceito de Deus, e talvez também seu nome, surgiu apenas em tempos cristãos ou europeus. Ele acreditava poder concluir que o nome *Nyambi* não aparece nos primeiros relatos das investigações etno-históricas, sendo mais comum nos posteriores, e conclui que o nome e a forma piedosa a que se referem a ele só surgiram com a presença europeia, sob a influência do Cristianismo.

O fato é que vários dos autores mais antigos não mencionam *Nyambi* – como o B. Odoardo Lopez, que passou cerca de dez anos (1578-1588) no Congo. Em suas anotações, que ele havia disponibilizado para F. Pigafetta, o nome *Nyambi* não aparece em nenhuma de suas muitas variantes. Hirschberg admite que isso não é prova da falta de crença nos altos deuses entre os nativos, mas acrescenta que é razoável supor que por volta de 1580/90 o nome *Nyambi* não era geralmente conhecido no Reino do Congo; caso contrário, Lopez, em seus "excelentes poderes de observação" teria notado.

O fato é que vários dos autores mais antigos não mencionam *Nyambi* – como, por exemplo, B. Odoardo Lopez, que passou cerca de dez anos (1578-1588) no Congo. Em suas anotações, que ele havia disponibilizado para F. Pigafetta, o nome *Nyambi* não aparece em nenhuma de suas muitas variantes. Hirschberg admite que isso não é prova da falta de crença em um Deus supremo entre os nativos, mas acrescenta que é razoável supor que por volta de 1580/90 o nome *Nyambi* não era geralmente conhecido no Reino do Congo; caso contrário, Lopez, com sua "notável capacidade de observação", deveria tê-lo notado. (Deve-se notar

---

<sup>1</sup> W. Hirschberg, Der Gottesname Nyambi im Lichte alter westafrikanischer Reiseberichte. Z. f. Ethnol. 88. 1963, pp 163-179.

aqui que os portugueses se opõem à tradução do nome Lopez introduzida pelos espanhóis. Ele próprio assinava como no português Duarte Lopes [com 's' no final])<sup>2</sup>.

Mas Lopez era realmente um observador tão confiável e preciso? Nem todos estão convencidos de sua confiabilidade. Por exemplo, B. Cuvelier, um dos melhores conhecedores da história do Reino do Congo, escreve: "Lopez nem sempre é digno de crédito"<sup>3</sup>. Frei João dos Santos, contemporâneo de Pigafetta, o rejeita completamente. Ele o rotula como "um português que viajou no Congo" e qualifica alguns de seus relatos como falsas reportagens, como, por exemplo, em relação a existência de Amazonas no Reino Monomotapa, entre outros<sup>4</sup>. Lopez, que era um judeu convertido ao cristianismo, não gozava, portanto, entre seus contemporâneos, da reputação de um observador confiável.

Hirschberg cita como segunda fonte Andrew Battell, que permaneceu no Congo de 1590 a 1608; ele menciona o nome *Nyambi* uma vez, mas não entre os *bakongo*<sup>5</sup> do Reino do Congo, e sim de um *yombe* que viveu na região de Loango (norte do Congo). Os Yombe, como Battell relata, veneravam um ser chamado *Maramba*, bem como seu rei *Sambe* e *Pongo* – ou seja, Deus, pois lhe prestavam honras divinas. Hirschberg se supreende que o nome *Sambe* (variação de *Nzambi*) ocorra ao norte do Congo por volta de 1600. Ele concorda com a visão de Tordays de que o próprio Battell é quem teria atribuído o nome *Sambe* ao rei a quem havia encontrado em San Salvador (palavra utilizada pelos portugueses para "Deus")<sup>6</sup>. No entanto, isso ainda carece de provas. O próprio Hirschberg aponta que Battell é considerado por Tordays como um observador "notavelmente afiado". Cada palavra é "cheia de verdade, e a simplicidade de seu relatório é convincente". Com base nessa caracterização de Battell, pode-se supor – em contraste com a interpretação de Tordays e Hirschberg – que o nome *Nzambi* já era conhecido além das fronteiras do Reino do Congo por volta de 1600.

O primeiro a relatar explicitamente a crença dos *bakongo* em um ser chamado *Nzambiampungo*, segundo Hirschberg, foi J. A. Cavazzi, um missionário capuchinho que atuou em

---

<sup>2</sup> Nota do tradutor: Mesmo após a observação, Schebesta segue replicando a referência ao autor como Lopez. No entanto, a partir desse comentário, assumiremos *Lopes*, para fazer jus a forma com que o autor mesmo assinava suas obras.

<sup>3</sup> B. Cuvelier, *L'ancien royaume de Congo*. Bruxelles, 1946, p. 264.

<sup>4</sup> Frei Joao dos Santos, *Ethiopia Oriental*. Lisboa, 1895, vol. I, p. 221.

<sup>5</sup> Nota do tradutor: O autor faz referência a pessoas do Reino do Kongo, no entanto, em termos antropológicos, trata-se de uma referência mais direta à etnia *bakongo*.

<sup>6</sup> Nota do tradutor: Faz-se referência à cidade de Mbanza Kongo, capital do antigo Reino do Kongo, renomeada pelos portugueses como São Salvador do Congo, após a conversão do reino ao cristianismo no século XV.

Angola e arredores de 1654 a 1667. Hirschberg (p. 167) escreve: "Enquanto no nome divino Desu Nyhesu Fumami ("Deus Jesus meu Senhor") o modelo cristão aparece explicitamente, no nome *Nzambianpungu* pode-se presumir uma divindade mais antiga, que sob a influência dos missionários sofreu uma elevação no sentido cristão e uma interpretação correspondente". Essa suposição torna-se insustentável se considerarmos as outras fontes, em passagens mais antigas, como, por exemplo, Bernardo da Gallo, contemporâneo de Cavazzi, que escreve: "Nzambi é o mesmo que Deus"<sup>7</sup>.

Ademais, a fonte mais antiga sobre o nosso assunto – datada de antes de 1500 – relata que o rei Dom Alfonso teria traduzido "Senhor Déos" como *Mfumu Nzambi*, junto aos portugueses. Prova suficiente de que já naquela época *Nzambi* seria um nome de Deus<sup>8</sup>. Cuvelier escreve: "Eles (os congolezes) deram ao Ser Supremo o nome de Nzambi, ou Nzambi ampungu. Eles falavam dele como um ser poderoso, criador de todas as coisas" (p. 113). Então aqui estamos falando claramente de um Deus Criador, e foram os missionários que adotaram o nome Nzambi no período seguinte, a fim de designar o Deus Criador Cristão, não o contrário! Aliás, Hirschberg, ao tratar deste tema, deveria ter consultado as antigas fontes missionárias, das quais apenas uma ou outra pôde ser mencionada aqui.

Contra H. Baumann, que considera que *Nyambi* é uma "deidade celestial e criadora da África Ocidental", Hirschberg observa que tal conceito mostra "traços fortemente especulativos" e foi "desenvolvido apenas com base em considerações metodológicas" (p. 172). Se isso significa que os africanos não pensaram muito em Deus, criação etc. – pois isso sim é especulativo – esta visão provavelmente está equivocada, como se sabe qualquer um que conheça os africanos mais de perto.

A seguinte experiência teve, o F.-M. Lufuluabo, um franciscano congolês, em uma viagem a uma aldeia estrangeira<sup>9</sup>:

"Encontro um grupo de anciãos reunidos em torno de uma jarra de cerveja. Imediatamente algo me atinge os olhos: há ali potes com cal branca diluída em água. Pergunto:

– Isso é em honra aos espíritos dos mortos?

---

<sup>7</sup> L. Jadin, *Le Congo et la secte des Antoniens. Restauration du royaume sous Pedro IV et la „sainte Antoine" congolaise (1694-1718)*. Bull. de l'Inst. Hist. Belge de Rome 33. 1961, p. 454.

<sup>8</sup> L. Cuvelier, 1. c, p. 92.

<sup>9</sup> F.-M. Lufuluabo, *Valeurs bantoues à christianiser ?* Eglise Vivante 15. 1963 pp. 363-364.

– De jeito nenhum, respondem em coro. É uma homenagem a Deus. Você pode ver aquela pequena cabana ali? Aquilo é para os espíritos dos mortos. Aqui, é para Deus.

– Isso significa que vocês acreditam trancar Deus nesses potes como trancam os espíritos naquela cabana?

– De forma alguma. É um símbolo. Para cada criança que nasce, colocamos um pote com todo o conteúdo branco para pedir a Deus que proteja a criança recém-nascida. O conteúdo branco do pote simboliza a energia da Majestade divina. É através de um sacrifício em honra da Majestade divina que pedimos a Deus que proteja a criança. Quando, assim, oferecemos um sacrifício a Deus diretamente, e somente a Deus, sem envolver os espíritos, então três vidas são necessárias, e devem ser galos; enquanto para os espíritos, apenas uma galinha é necessária. Além disso, esses três galos são galos brancos, enquanto para os espíritos pode ser uma galinha de qualquer cor, e não precisa ser um galo. A cor branca desses galos também simboliza a energia da Majestade divina. À noite, aquele que deve oferecer o sacrifício pega os três galos, dirige-os para o céu, dizendo: ‘Ao Deus Altíssimo, Sol de brilho ofuscante, oferecemos-te este sacrifício, rogando-te que protejas esta criança, que lhe deis força de vida e a preserveis do infortúnio’. Não se matam esses galos então. Na manhã seguinte, eles são oferecidos novamente a Deus por uma fórmula análoga, e então são mortos. Tudo termina com a refeição sagrada.

– Mas por que são necessárias três vidas quando um sacrifício é oferecido a Deus, enquanto basta apenas uma quando é em honra aos espíritos dos mortos?

– Nós não sabemos; a tradição assim quer ”.

Então, esses anciãos, afinal, refletiram sobre Deus?

A objeção que Hirschberg constrói a partir dos relatos onde as fontes antigas frequentemente falam de politeísmo, é irrelevante se levarmos em conta o fato da pouca seriedade das reflexões dos brancos sobre o tema (incluindo os missionários!). A visão de mundo e a religião dos nativos, desde o início, foram rotuladas como idolatria, e eles se recusaram a se ocupar com essas questões, ao invés de construir sua doutrina cristã sobre a base da crença saudável nos deuses nativos. Com isso, eles próprios restringiram o caminho para a alma e a religião dos nativos.

O autor da "História do Reino do Congo" de 1620, evidentemente um nativo e talvez um religioso, defende seus compatriotas contra os brancos e apresenta sua religião da seguinte forma: "Nunca houve entre eles ídolos nem templos onde eles adorassem ou venerassem. Eles apenas conheciam a Deus e o adoravam como o autor de todo o bem e o chamavam de *Zambiapungo (Nzambi ampungu)*"<sup>10</sup>. Na maioria dos casos em que ídolos são mencionados, fetiches são provavelmente feitos<sup>11</sup>. Estes, no entanto, não podem sob nenhuma circunstância, ser equiparados a deidades. Na referida fonte de 1620, a crença dos nativos em um Deus, além do qual não há outros, também é claramente atestada; seu nome (*Nzambi*) também é claramente documentado.

W. Hirschberg demonstrou excessiva audácia ao acreditar que poderia abordar um tema tão importante a partir de uma base tão estreita e frágil. Se ele tivesse estendido seu estudo, o que era perfeitamente possível, teria se deparado com fontes mais antigas que já não apoiariam sua visão.

O nome divino Nzambi, assim como outras designações semelhantes, deveria ser esclarecido principalmente pela linguística, como já tentou H. Baumann<sup>12</sup> e P. Schebesta indicou em sua obra sobre os pigmeus<sup>13</sup>.

Recebida em 01/07/2025

Aprovada para publicação em 31/08/2025.

---

<sup>10</sup> L. Cuvelier, p. 288.

<sup>11</sup> Nota do tradutor: Fetiche aqui faz referência aos objetos *nkisi*, que se tratam de instrumentos (amuletos, estatuetas etc.) dotados, através de rituais específicos realizados por sacerdotes (*nganga*), de poder mágico e capacidade de influenciar na vida coletiva.

<sup>12</sup> H. Baumann, *Schöpfung und Urzeit des Menschen im Mythos der airikamschen Völker*. Berlin 1936, p. 98 f.

<sup>13</sup> P. Schebesta, *Die Bambuti-Pygmäen vom Ituri*. II, 3: Die Religion. Brüssel 1950, p. 130.